

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *Jornal do Brasil*

Class.:

78

Data: *25 de abril de 1982*

Pg.:

O direito das minorias

1910
Gilberto Velho

OS antropólogos são, muitas vezes, rotulados de indivíduos sonhadores e irrealistas. Eventualmente isto pode aparecer como uma cobrança ou até mesmo como uma acusação que pode vir de gregos ou trojanos.

O fato é que a Antropologia, por sua tradição de estudos e por sua própria história enquanto disciplina, constituiu-se pesquisando sobretudo grupos "exóticos" mais ou menos distantes espacialmente.

Por outro lado e, complementarmente, aparece como área de investigação de grande modernidade na medida em que, de certa forma, nada é irrelevante enquanto objeto de pesquisa. Assim é que, ao lado da continuidade de trabalho com grupos indígenas e sociedades tradicionais, o antropólogo mergulha cada vez mais no estudo de sua própria sociedade — contemporânea, urbana, industrial.

Nesta caminhada a disciplina apresenta um vasto leque de pesquisas que inclui, entre outros, trabalhos com minorias étnico-culturais, grupos rotulados de desviantes, marginais etc. Hoje na Antropologia produzida no Brasil, como ficou demonstrado na recente 13ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada em São Paulo, encontram-se temas diversificados, abordados com metodologias e teorias bastante diferenciadas.

Mas o que desejo ressaltar, no momento, é um certo tipo de compromisso que os antropólogos desenvolvem com os grupos que investigam. Como estes são muito variados não existe nenhum tipo de opção apriorística em termos simplisticamente ideológicos. Estudando grupos indígenas, mulheres, negros, homossexuais, operários, burgueses, camadas médias, camponeses etc., o antropólogo trabalha com um contato direto e pessoal, vinculado ao que se tradicionalmente denomina de "observação participante".

Não se trata, portanto, de pesquisas distantes, assépticas e tecnocráticas. Implicam algum grau de envolvimento e emoções dos mais variados tipo que, obviamente, em alguma medida serão filtradas pelo treinamento científico e acadêmico. Mas este não impedirá nem rejeitará essa proximidade do antropólogo com o seu universo pesquisado.

Isto ficou bastante evidente na Reunião acima citada, quando diversas noções foram apresentadas à Assembléia de encerramento em defesa de grupos indígenas e de diferentes minorias, contra a discriminação sexual, além de manifestações no decorrer do encontro a favor do pluralismo e contra diferenciadas formas de intolerância existentes em nossa sociedade.

Essa atitude por parte da comunidade antropológica não implica em nenhum tipo de "patrulhamento". Muito pelo contrário, fica patente a diversidade e variedade de aborda-

gens na Antropologia brasileira. Isto é basicamente valorizado pelos antropólogos que, através de sua Associação, procuram criar espaço para discussão e troca de opiniões. Outros espaços também devem ser reconhecidos e explorados. É óbvio que cabe a cada profissional individualmente formular a relação com o seu universo de pesquisa, mas, também, é evidente que, de uma forma ou outra, predomina uma atitude, não paternalista, de solidariedade e empatia.

Em termos de posicionamento de uma política cultural, as moções e discussões da 13ª Reunião Brasileira de Antropologia enfatizam que as diferenças devem não apenas ser toleradas, mas encaradas como algo positivo dentro de uma sociedade moderna e heterogênea. Por outro lado, os antropólogos insistem na defesa de seu direito ao trabalho, de realizar pesquisas sem censuras e interferências. Referem-se, particularmente, às dificuldades de relacionamento com Funai, no tocante às pesquisas com grupos indígenas.

Logo após a Reunião o quadro agravou-se sensivelmente com a interdição do Parque Nacional do Xingu aos pesquisadores, sem justificativas plausíveis e diálogo anterior.

Parece-me que esse tipo de atitude expressa um descaso para com a pesquisa básica e um certo tipo de preconceito antiintelectual que prejudica não só os antropólogos, mas a atividade científica em geral, cujas prioridades não coincidem necessariamente com os padrões de certos grupos que têm poder para dificultar ou mesmo bloquear linhas de investigação. O caso dos grupos indígenas é particularmente grave, pois muitas vezes os antropólogos têm chamado atenção para erros e deformações da política indigenista oficial. Isto não pode ser confundido com uma atitude destrutiva ou irresponsável, mas sim como um esforço para, através do diálogo, complexificar a discussão de um tema que, muitas vezes, tem sido tratado com esquematismo e falta de rigor.

É dentro dessa perspectiva que os profissionais que trabalham junto a grupos indígenas, mas com todo o apoio de seus colegas e da ABA, reivindicam a desinterdição do Parque do Xingu, assim como uma real mudança no tratamento que a Funai dispensa aos pesquisadores, eliminando o lado arbitrário e policial que, constantemente, se manifesta.

Não só em relação aos grupos indígenas mas, especialmente, quando estão envolvidos com segmentos de sociedade nacional que dispõem de menos poder, os antropólogos costumam manifestar-se dando seu testemunho. Não fazem isso como donos da verdade, nem como portavozes, mas como profissionais cujo conhecimento especializado não pode ser omitido ou desprezado.

Gilberto Velho é o presidente da Associação Brasileira de Antropologia. Pesquisador do Museu Nacional, antropólogo, mora no Rio de Janeiro.